



RELATÓRIO E CONTAS

2021

A

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente:</i>	Goulart Machado
<i>1.º Secretário:</i>	Eunice Lourenço
<i>2.º Secretário:</i>	José Mário Costa
<i>Suplentes:</i>	Cláudia Monteiro Manuel Carlos Freire Hélder Carvalho Martins

Conselho de Administração

<i>Presidente:</i>	António Borga
<i>Vice-Presidente:</i>	Luísa Bessa Coelho
<i>Vogal:</i>	José Fragoso
<i>Vogal:</i>	Waldemar Abreu
<i>Vogal:</i>	Júlio Roldão
<i>Suplentes:</i>	João Teixeira Paula Ferreira Luísa Melo Elsa Alves

Conselho Fiscal

<i>Presidente:</i>	Helena Garrido
<i>Secretário:</i>	Sónia Santos Pereira
<i>Relator:</i>	Sérgio Aníbal
<i>Suplentes:</i>	Luís Villalobos Luís Reis Pinto Lurdes Ferreira

Conselho Geral

Membros eleitos em efetividade de funções

	Eugénio Alves
	José António Santos
	Cesário Borga
	Eduardo Oliveira e Silva
	Áurea Sampaio
	Carlos Lobato
	Rui Peres Jorge
	Ana Mafalda Inácio
	Ribeiro Cardoso
	Paula Torres de Carvalho
	António Marujo
	Fernanda Mestrinho
<i>Suplentes:</i>	Inês Rapazote Vitor Ribeiro Nuno Ribeiro

2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925 foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará de 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, Casa da Imprensa, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 49, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 50, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social.

B

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2021.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, factual e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*pontos 2 a 11, pág. 4 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 19 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2021 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 28 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção E, págs. 40/41*).

1. PERSPETIVA

Muito do que foi dito a propósito do ano de 2020 no Relatório apresentado há um ano aplica-se a 2021, com a agravante dos efeitos acumulados.

Voltámos a sofrer a morte de um número muito elevado de associados, 21. Voltámos a registar nova quebra nas receitas de arrendamentos. Começámos a sentir os efeitos da inflação nos custos dos benefícios de saúde.

A crise, que no relatório de 2020 era caracterizada como conjuntural, poderá continuar a sê-lo, mas as esperanças de um fim a curto prazo dessa conjuntura negativa acabaram por se dissipar ao longo do ano.

É certo que, tal como no relatório do ano passado, “os factos e os números comprovam que, apesar de tudo, os danos são relativos, são menores do que se poderia esperar e do que, infelizmente, vemos ao redor”. Temos mais e melhores benefícios. O número de associados aumentou, no balanço das adesões e das desistências. O número de consultas internas recuperou e foi o maior desde 2007. No conjunto das consultas internas e externas, estamos ao nível desse ano, em que deixou de existir o subsistema de saúde dos jornalistas.

Apesar das dificuldades, o segundo semestre de 2021 ficou marcado por iniciativas culturais relevantes. As exposições de fotografia Estados (Des)Unidos da América e do Prémio Estação Imagem, a exposição Jean Moulin – Lisboa 1941 e a sessão de homenagem a Orlando Gonçalves, no ano do centenário do seu nascimento, trouxeram à nossa sede um número de participantes que há muito não era atingido.

Os factos e os números mostram que a Casa da Imprensa tem alicerces sólidos e que, por maiores que sejam as dificuldades, continua e continuará a oferecer um apoio seguro a todas e todos os associados.

O CA considera, entretanto, que é necessário estudar medidas para fazer frente a uma crise prolongada, agravada, agora, por acontecimentos cujos efeitos ainda não podem ser avaliados.

O exercício de 2021 acentuou os resultados negativos do exercício anterior nas modalidades mutualistas pelas razões já atrás referidas, parte delas conjuntural. Embora a situação continue controlada, torna-se imperioso reverter a tendência. Não temos ilusões quanto à possibilidade de o conseguir a curto prazo. O ano de 2022 dificilmente será melhor do que os anteriores. Em qualquer caso, o CA assume a obrigação de, em colaboração com os restantes órgãos sociais, apresentar aos associados, durante o presente exercício, as medidas que permitam à Casa da Imprensa resistir aos desafios que se lhe venham a colocar, mantendo e melhorando os benefícios prestados aos associados.

Continuamos a ter reservas consideráveis e temos que garantir que elas se mantêm, como até agora, num nível confortável. A gestão do Fundo de Ação Social, que tem sido prudente, exige uma particular atenção perante a situação económico-financeira mundial.

Por último, mas tão ou mais importante, nestes tempos que enfrentamos, o CA deixa um apelo para o espírito mutualista que nos une e identifica. Precisamos dele.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Casa da Imprensa tinha 2385 associados inscritos, mais 74 (+3,2%) do que no final de 2020.

Ao longo do ano foram admitidos 153 candidatos (80 em 2020), faleceram 21 associados (26 no ano anterior) e 48 cancelaram a inscrição (52 em 2020).

Foram eliminados 10 associados (3 em 2020) por terem deixado de pagar as quotas.

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas durante o ano, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2020	Movimento entre as datas					31/12/2021
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1 124	43	12	4	14	1	1 138
Associados participantes	1 187	110	9	6	34	-1	1 247
Familiares de associados efectivos	782	47	6	4	14	-16	789
Cônjuges	298	29	3	1	6	-5	312
Cônjuges sobrevivivos	50	1	3	0	0	2	50
Ascendentes	5	2	0	0	0	0	7
Filhos	429	15	0	3	8	-13	420
Outros associados participantes	325	41	0	2	13	16	367
Familiares de outros associados participantes	71	22	0	0	7	-1	85
Cônjuges	33	10	0	0	5	0	38
Cônjuges sobrevivivos	8	0	0	0	0	0	8
Filhos	30	12	0	0	2	-1	39
Associados pensionistas do FASC	9	0	3	0	0	0	6
Total Associados	2 311	153	21	10	48	0	2 385

Do total de associados, 1138 (47,7%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1247 (52,3%) eram participantes.

Entre os participantes, 789 (33,1% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 80,8% do total de associados (82,5% em 2020).

Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. No final de 2021 estavam inscritas 1201 associadas, 50,4% do total de inscritos.

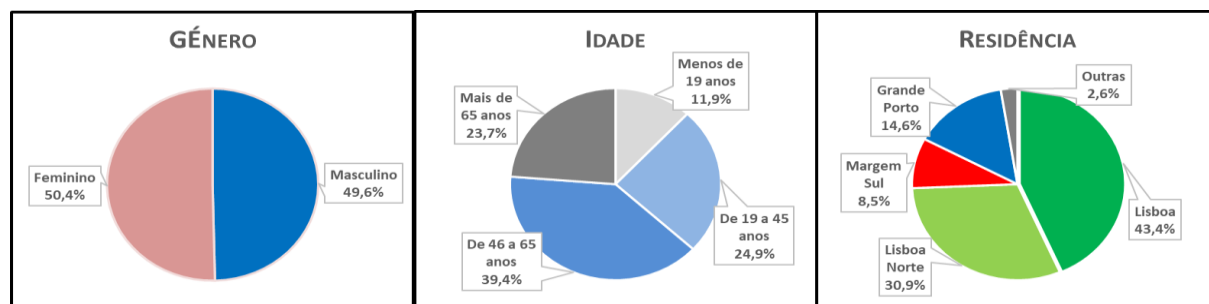
Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1535 associados, ou 64,4% do total) tinham idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 284 associados (11,9% do total), sendo 566 os maiores de 65 anos (23,7%).

Comparativamente com o ano anterior, há um decréscimo de jovens (-4,7% do total de inscritos) e um acréscimo de *seniores* (+11,0%).

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 49,5 anos (48,5 anos em 2020). Nas 153 novas inscrições registadas em 2020 a média de idades foi de 49,4 anos (35,6 anos em 2020).

Quatro em cada cinco associados (82,8%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 1036 associados (43,4% do total); nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 737 (30,9%); e na Margem Sul, 202 (8,4%). Na região do Grande Porto residem 349 associados. O peso dos residentes no Grande Porto decresceu de 15,5% para 14,6% do total.

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência.



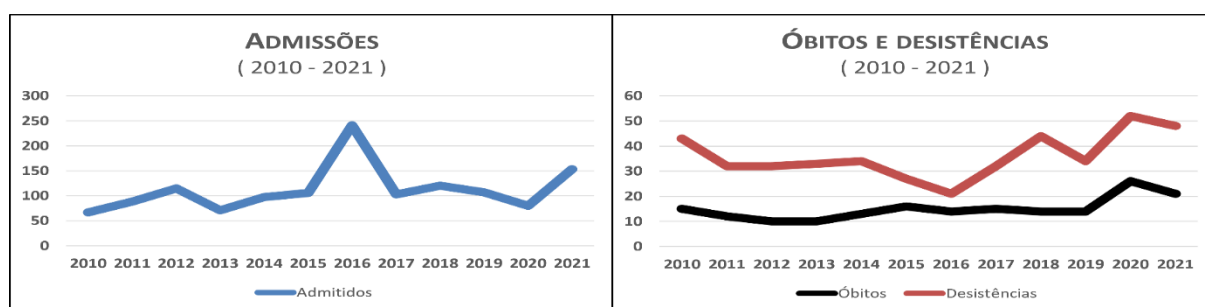
O movimento de entradas e saídas de associados foi influenciado diretamente por dois factos que marcaram o ano: a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios e a pandemia de Covid-19.

A melhoria dos benefícios, especialmente na modalidade de Saúde, explica o crescimento do número de admissões (153), um aumento só superado em 2016, na sequência da anterior revisão estatutária.

A perda de rendimentos e a mudança de residência, causadas pela pandemia, foram apresentadas como principais causas para a saída de associados.

Mantém-se também uma alta taxa de abandono aos 26 anos de idade, quando os filhos deixam de beneficiar da comparticipação (de 100%) do Fundo de Ação Social no pagamento das quotas da modalidade de Saúde e do Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar.

O número de óbitos causados pela pandemia, especialmente no primeiro trimestre, manteve-se também anormalmente elevado: em 2020 foi o dobro da média dos dez anos anteriores; em 2021 ficou 50% acima da média.



Associados falecidos

Durante o ano faleceram 21 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2021

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Henrique Jorge Segurado Pavão	27	Efetivo	06/01/2021
Mário Jorge Felgueiras Barata Salgueiro	39	Efetivo	26/02/2021
Maria Margarida Fernandes da Silva Dias	59	Efetivo	09/07/2021
Carlos Alberto Silva Pontes	72	Efetivo	12/06/2021
Manuel José Osório de Andrade Guerra	161	Efetivo	30/11/2021
Vitor Manuel Madeira Marques Mendanha	238	Efetivo	13/02/2021
Noé Tavares Ramos	243	Efetivo	21/06/2021
Henrique Manuel Catarino Custódio	282	Efetivo	24/01/2021
Maria Leonor Xavier Gomes Oliveira	559	Efetivo	12/12/2021
João Pinto Garcia	560	Efetivo	24/08/2021
João Paulo Cotrim Pires	568	Efetivo	26/12/2021
Joaquim António Saraiva Pereira de Almeida	764	Familiar - Cônjuge	26/01/2021
Maria Fernanda Mira da Silva Pires	5005	Cônjuge Sobrevido	13/06/2021
Nilza Gonçalves dos Santos Barata Salgueiro	5019	Familiar - Cônjuge	27/01/2021
Maria Fernanda Alves Louro Rodrigues	5022	Cônjuge Sobrevido	29/07/2021
Maria Esperança Morais da Silva Pontes	5030	Familiar - Cônjuge	10/06/2021
Maria Gabriela Silva Mesquita Castro Cabrita Correia	5347	Cônjuge Sobrevido	09/02/2021
Maria Emília Pereira Silva Leite	6077	Pensionista FASC	26/01/2021
Virgínia Ramos Cabrita de Figueiredo da Costa Figueira	6080	Pensionista FASC	08/03/2021
Carlos Alberto Henriques Lopes	6326	Efetivo	06/06/2021
Mariana Pires Pauleta Iglésias dos Santos	6712	Pensionista FASC	24/07/2020

Subscritores das modalidades mutualistas e dos planos de proteção complementar

Em 31 de dezembro todos os associados eram subscritores das modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e de Saúde (S).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH), que passou a plano de proteção complementar da modalidade de Saúde, tinha 1565 subscritores, mais 113 (+7,8%) do que no ano anterior, abrangendo agora 65,6% do total de associados (62,8% em 2020).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 623 inscrições ativas em dezembro de 2021, menos quatro do que no ano anterior.

A nova modalidade de Previdência-Reforma (PR) teve 37 subscri-

ções, desde o seu lançamento em março de 2021.

As inscrições realizadas em dezembro de 2021 garantiam o aumento do número de inscrições ativas em 1 de janeiro de 2022 para 2390 associados, já que as inscrições de novos associados e a subscrição de modalidades só se tornam efetivas no primeiro dia do mês seguinte à admissão.

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS E DOS PLANOS DE PROTEÇÃO COMPLEMENTAR

Modalidades e planos de proteção complementar	31/12/2021	31/12/2020	Dif. ^a	
			(N.º)	(%)
Solidariedade Associativa	2 385	2 311	74	3,2%
Saúde	2 385	2 309	76	3,3%
Internamento Hospitalar	1 565	1 452	113	7,8%
Exames e Tratamentos	467		467	
Saúde Oral	340		340	
Assistência Médica Noturna	890	387	503	130,0%
Capitais por Morte	623	627	-4	-0,6%
Previdência-Reforma	37		37	
Capital de Risco	18		18	

3. SAÚDE

A modalidade de Saúde da Casa da Imprensa (que juntou as antigas modalidades de Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar) proporcionou aos associados seus subscritores, em 2021, o acesso a 7 283 consultas, exames e tratamentos e 51 internamentos em unidades hospitalares. Foram mais 994 atendimentos (+15,8%) do que no ano anterior.

Daquele total, 47,3% foram realizadas no posto clínico da associação; 6,9% em prestadores com *convénio* direto com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 45,8% na rede Advancecare (com o *cartão de*

saúde).

O nível de atividade, medido pelo número de atendimentos (principalmente consultas) ultrapassou o registado antes da pandemia de Covid-19 e é agora o mais elevado desde a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas (2007) e da adoção do atual modelo mutualista da Casa da Imprensa, em 2009.

O quadro seguinte mostra a evolução desde 2009 do número de consultas, exames e tratamentos no âmbito da modalidade de Saúde (no caso da Rede Advancecare somente desde 2012, quando começou a ser distribuído o *cartão de saúde*).

CONSULTAS, EXAMES E TRATAMENTOS EM REGIME AMBULATORIO (2009/2021)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Posto Clínico	2 880	3 077	2 446	2 765	2 860	2 801	3 029	3 239	3 221	3 124	3 145	2 799	3 444
Credenciais	1 402	1 399	1 408	1 191	996	898	868	738	698	684	703	602	502
Cartão de saúde				n.d.	n.d.	n.d.	1 804	1 990	2 015	2 633	3 077	2 888	3 337
TOTAL	4 282	4 476	3 854	3 956	3 856	3 699	5 701	5 967	5 934	6 441	6 925	6 289	7 283

(1) O acesso à Rede Advancecare com o cartão de saúde só foi disponibilizado a partir de 2012

n.d. - Os dados estatísticos relativos ao acesso aos prestadores da Rede Advancecare só estão disponíveis a partir de 2015

Durante o ano, 1050 associados subscritores da modalidade de Saúde tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas*

(ao abrigo de *convénios*). E pelo menos 854 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorio na rede nacional da Advancecare.

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto), no âmbito da modalidade de Saúde, e tendo em conta todas as especialidades médicas, realizaram-se 3.444 consultas, mais 645 (+23,0%) do que em 2020 (*ver quadro*).

Durante o ano estiveram disponíveis as especialidades de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) foi, como habitualmente, a especialidade mais procurada, e a que teve maior aumento no número de consultas realizadas, presenciais ou não. Foram realizadas, em Lisboa e no Porto, 2194 consultas, mais 269 (+14,0%) do que as realizadas no ano anterior. Nas restantes especialidades (médicas e não médicas), realizaram-se 1250 consultas, mais 376 (+43,0%) do que no ano anterior. Destas especialidades, a Psicologia (339 consultas) foi a mais procurada, seguindo-se a Dermatologia (247) e a Oftalmologia (196).

CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				Total			
	2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a	
			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
Clínica Geral	1 933	1 683	250	14,9%	261	242	19	7,9%	2 194	1 925	269	14,0%
Outras Especialidades	1 175	838	337	40,2%	75	36	39	108%	1 250	874	376	43,0%
Total	3 108	2 521	587	23,3%	336	278	58	20,9%	3 444	2 799	645	23,0%

Cirurgia de ambulatório

No posto clínico foram feitas 58 pequenas cirurgias, mais 15 do que no ano anterior. A maioria (46) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de Dermatologia.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA)

Especialidades	Lisboa			
	2021	2020	Dif. ^a	
			(N.º)	(%)
Dermatologia	46	31	15	48,4%
Outras Especialidades	12	3	9	300,0%
Total	58	34	24	70,6%

Convénios

Em regime ambulatório, além do posto clínico os associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a Casa da Imprensa tem *convénios*, *acordos* ou *protocolos de cooperação*.

Durante o ano foram emitidas 502 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo de *convénios*, ou seja, para a prestação de cuidados de saúde a preços reduzidos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a Casa da Imprensa.

Em comparação com o ano anterior, foram menos 100 consultas (-16,6%), mantendo-se a tendência

de baixa registada desde que, com a distribuição do *cartão de saúde*, os associados passaram a ter acesso à rede nacional da AdvanceCare, com mais de 18 mil prestadores de cuidados de saúde.

A especialidade mais procurada nos *convénios* continua a ser a Estomatologia, com 50,4% do total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é ainda maior, atingindo 60,2% do total de credenciais emitidas pela Delegação (41,1% em Lisboa).

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto em 2021 e 2020 ao abrigo de *convénios*.

CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)

	Lisboa				Porto				Total			
	2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a	
			N.º	%			N.º	%			N.º	%
Total	258	315	-57	-18,1%	244	287	-43	-15,0%	502	602	-100	-16,6%

Rede Advancecare

Durante o ano, 854 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatório na Rede Advancecare utilizando o *cartão de saúde* distribuído gratuitamente pela Casa da Imprensa.

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 3 186 consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 7 018 atos médicos. Em comparação com o ano anterior, foram mais 134 associados

(+18,6%), mais 553 consultas, exames ou tratamentos (+21,0%), e mais 1 555 atos médicos (+28,5%). Na maior parte dos casos os atendimentos em regime ambulatorio (sem internamento por mais de 24 horas) faz-se no âmbito do Plano de Proteção Base (ou da antiga modalidade de Cuidados de Saúde Primários), de que beneficiam todos os associados.

Noutros casos, porém, sendo atendimentos em regime ambulatorio, são feitos obrigatoriamente em ambiente hospitalar e no âmbito do Plano de Proteção Complementar de Internamento (antiga modalidade de Internamento Hospitalar, de subscrição prévia e o pagamento de uma quota suplementar). Neste regime foram atendidos na rede Advan-

cecare, principalmente para exames complementares de diagnóstico ou sessões de tratamento, 201 associados, em 320 atendimentos, a que corresponderam 795 atos médicos.

Os dados estatísticos apresentados não incluem por enquanto o número de associados e de atendimentos feitos ao abrigo do novo Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos, criado em março de 2021 e a que nos primeiros nove meses aderiram 467 associados.

Com uma quota suplementar de quatro euros por mês, este plano garante a realização da generalidade dos exames e tratamentos ao preço 15,00 euros, exceto as ressonâncias magnéticas, que custam 65,00 euros.

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO

Associados				Consultas				Atos médicos			
2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a		2021	2020	Dif. ^a	
		(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
854	720	134	18,6%	3 186	2 633	553	21,0%	7 018	5 463	1 555	28,5%

Serviço de Assistência Médica Noturna

Em 2021 mais 503 associados subscreveram o serviço de Assistência Médica Noturna.

A Assistência Médica Noturna (AMN) é um serviço da APM/RedeMut (Associação Portuguesa de Mutualidades) prestado através da Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A. e dá acesso a consultas de Medicina Geral ao domicílio, aconselhamento médico telefónico e, em caso de urgência, o transporte

ao hospital de residência.

A adesão à AMN é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da Casa da Imprensa na internet e à emissão de um cartão autónomo, necessário para o acesso aos serviços.

Em 31 de dezembro de 2021 eram 890 os associados que subscreviam a Assistência Médica Noturna.

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar (ou do Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar da modalidade de Saúde, a partir de março) registaram-se 51 casos de hospitalização para cirurgias, tratamentos e um parto, num total de 63 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela Casa da Imprensa.

A modalidade garantiu também o atendimento de 201 associados, em 320 consultas, exames e sessões de tratamento em regime ambulatorio que beneficiaram de comparticipação ou reembolso.

Em comparação com 2020, houve mais um caso de internamento e mais do que duplicaram o número de associados e de atendimentos.

4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2021 uma atitude pró-ativa com o objetivo de sinalizar situações de isolamento comunitário ou familiar que eventualmente pudessem ter sido causadas ou agravadas com a crise pandémica.

Para o rastreio foi dada prioridade aos associados mais idosos e com menos contactos com a associação, num trabalho em que colaboraram também o corpo clínico e os serviços administrativos.

Paralelamente, foram mantidos contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), dos quais resultou o encaminhamento de 16 beneficiários (15 no ano anterior) para a Segurança Social, lares de idosos e centros de dia. Foi também dado apoio na entrega domiciliária de medicamentos e bens alimentares e realizadas 25 visitas domiciliárias (30 no ano anterior), das quais 10 em lares de idosos.

A pedido dos interessados ou por iniciativa dos serviços, foram realizadas 70 entrevistas presenciais, a maioria na sede associativa.

Com expressão financeira, por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos seis subsídios eventuais e prestações complementares periódicas (11 em 2020) para responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença e desemprego, e para a realização de funerais. Foi também concedido um subsídio reembolsável.

O valor dos subsídios eventuais atribuídos foi de 10 521,81 euros (18 809,87 euros em 2020).

Através do Fundo de Ação Social (FAS) a Casa da Imprensa participou o pagamento de quotas das

Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2021 foram atribuídos dois subsídios de parentalidade, no valor global de 562,50 euros, um decréscimo relativamente aos 6 subsídios, no valor global de 1 500,00 euros, pagos no ano anterior.

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2021		2020	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído	Nº de beneficiários	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	5	7 850,00 €	9	12 410,00 €
Subsídios pontuais atribuídos	1	667,70 €	2	3 653,79 €
Reembolso da Segurança Social	1	-1 316,43 €		
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	3	2 004,11 €	6	2 746,08 €
Total a fundo perdido	10	9 205,38 €	17	18 809,87 €
Subsídios reembolsáveis	1	4 550,00 €	1	2 500,00 €

COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2021		2020	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído	Nº de beneficiários	Valor atribuído
CSP - artigo 9º (do antigo Regulamento)	19	2 768,79 €	21	3 031,69 €
IH - artigo 12º (do antigo Regulamento)	0	0,00 €	1	2 500,00 €
Exames e Tratamentos	467	12 521,39 €		
Total participações	486	15 290,18 €	22	5 531,69 €

modalidades de saúde (*ver adiante*) e, em algumas circunstâncias, as despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de *alto risco ou alto custo*.

Desde a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios e do novo Regulamento do Fundo de Ação Social, em março de 2021, o FAS passou a apoiar também o lançamento do Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos da modalidade de Saúde.

Todos os apoios concedidos com apoio do FAS foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e, com a exceção da comparticipação de quotas e do apoio ao Plano de Exames e Tratamentos, atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

Ainda no âmbito do Fundo de Ação Social, a Casa da Imprensa patrocinou, em 2020, com outros parceiros do sector, a preparação de um inquérito sobre as condições de trabalho e de vida dos jornalistas, a ser lançado em 2021, mas que, devido à pandemia de Covid-19, foi adiado para 2022.

O inquérito, elaborado por uma equipa de investigadores universitários, abrange também as questões relativas à saúde e à Segurança Social e servirá de base a um estudo que se pretende que possa ajudar à definição de políticas nestes domínios.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas 6 bolsas de estudo (mais 2 do que em 2020), com o valor individual de 300 ou 375 euros (1 975,00 euros no total).

Tal como no ano anterior, não foi pago qualquer subsídio de acidentes pessoais.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos oito subsídios, (menos um que no ano

anterior) no valor global de 8 000,00 euros, aos herdeiros legais ou beneficiários designados de subscritores da modalidade que faleceram.

Durante o ano foram feitos 2 resgates de subscrição, para conversão numa entrega extraordinária para a modalidade de Previdência-Reforma, ao

Comparticipação de quotas da modalidade de Saúde

O Fundo de Ação Social (FAS) comparticipa o pagamento de quotas da modalidade de Saúde dos familiares de associados efetivos e participantes.

De acordo com o novo Regulamento do Fundo, em vigor desde junho de 2021, na maior parte dos casos, nas novas adesões, a comparticipação varia entre 50% (filhos menores e ascendentes) e 25% (cônjuges e filhos com mais de 18 anos) do valor nominal da quota-base da modalidade de Saúde, mas atinge os 100% no caso dos associados efetivos desempregados e dos pensionistas do FASC. Mantêm-se, porém, as comparticipações que já tinham sido atribuídas até 2019 (50% para os cônjuges e 100% para os filhos até aos 26 anos).

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor global de 21 312,00 euros, um decréscimo de 5 209,60 euros (-19,6%) relativamente ao ano anterior (26 521,60 euros).

Beneficiam do FASC, como grupo fechado, exclusivamente os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de Segurança Social referidos no

5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

A atividade associativa foi condicionada em 2021 pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, declarada no ano anterior e que evoluiu rapidamente para uma crise económica e social à escala mundial.

SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

Subsídios atribuídos	2021		2020		Dif. ^a		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	2	562,50 €	6	1 500,00 €	-4	-937,50 €	-62,5%
Bolsas de estudo	6	1 950,00 €	4	3 000,00 €	2	-1 050,00 €	-35,0%
Acidentes pessoais	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	
Morte (CPM)	8	8 000,00 €	9	9 000,00 €	-1	-1 000,00 €	-11,1%
Resgates (CPM)	2	359,40 €	1	725,22 €	1	-365,82 €	-50,4%
TOTAL	18	10 871,90 €	20	14 225,22 €	-2	-3 353,32 €	-23,6%

abrigo das regras transitórias que vigoraram entre março e agosto.

O quadro junto sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores.

No final de 2021, beneficiavam da comparticipação de quotas 708 associados, dos quais 250 cônjuges, 51 cônjuges sobreviventes e 390 filhos. O valor das comparticipações ascendeu a 86 791,00 euros, mais 12 423 euros (+16,7%) do que no ano anterior.

Este acréscimo deve-se essencialmente ao aumento do valor nominal das quotas, desde março de 2021, com a manutenção da percentagem de comparticipação para os associados que já beneficiavam desta comparticipação. A reativação da atribuição de comparticipações, suspensa desde 15 de outubro de 2019 e o alargamento aos familiares dos associados participantes, traduziu-se em 14 novos pedidos de comparticipação.

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

	2021		2020		Dif. ^a			
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	(%)	Valor	(%)
Pensões complementares de reforma (jornalistas)	4	8 288,00 €	5	8 436,00 €	-1	-20,0%	148,00 €	1,8%
Pensões de sobrevivência (cônjuges sobreviventes)	14	13 024,00 €	15	18 085,60 €	-1	-6,7%	5 061,60 €	28,0%
Total	18	21 312,00 €	20	26 521,60 €	-2	-10,0%	5 209,60 €	19,6%
Subsídio por morte			1	2 493,99 €	-1	-100,0%	2 493,99 €	100,0%

instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa, em 1992.

O quadro junto sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC.

As regras sanitárias e as restrições legais à realização de eventos e em alguns casos ao funcionamento normal dos serviços ditaram o adiamento ou o cancelamento de projetos e alteraram o calendário de reuniões estatutárias.

Apesar das dificuldades, no plano associativo o ano de 2021 ficou marcado pela entrada em vigor dos novos Estatutos, Regulamento de Benefícios e Regulamento do Fundo de Ação, os três documentos que vão balizar a atividade da Casa da Imprensa nos próximos anos.

Os novos Estatutos e Regulamento de Benefícios foram inicialmente aprovados em Assembleia Geral em 19 de outubro de 2019, após dois anos de debate em todos os órgãos associativos. Porém, os respetivos registos definitivos, necessários para a sua plena entrada em vigor, só foram aceites pela Direção Geral da Segurança Social em agosto de 2021. Antes, em 21 de maio, foi necessária nova Assembleia Geral extraordinária, em 21 de maio, para introduzir correções formais sugeridas pela tutela, que os associados aprovaram por unanimidade.

A revisão dos Estatutos, que era obrigatória para acolher o novo Código das Associações Mutualistas, vincou a matriz solidária e mutualista da Casa da Imprensa e reforçou as regras tendentes a assegurar a transparência na atividade associativa, nomeadamente em matérias como a informação financeira e os requisitos de elegibilidade e de idoneidade dos órgãos associativos.

O novo Regulamento de Benefícios começou a ser aplicado em março de 2021, beneficiando de um registo provisório decidido pela tutela até à realização da Assembleia Geral.

Foi assim possível fazer a fusão das duas modalidades de Saúde até então existentes, que estendeu a todos os associados a proteção em caso de hospitalização e melhorou os benefícios para os que a ela já tinham acesso.

Ainda no âmbito da Saúde, foram criados dois planos de proteção complementar para Exames e Tratamentos e Saúde Oral, que até ao final do ano tiveram no conjunto mais de 800 subscrições.

6. INICIATIVAS CULTURAIS

A crise pandémica limitou a atividade cultural da associação, obrigando ao cancelamento ou ao adiamento de iniciativas programadas e concentrando-as no final do ano, após o progressivo levantamento das restrições sanitárias e legais à realização de eventos.

Entre as iniciativas realizadas destacam-se a exposição *Estados (Des)Unidos da América*, com fotografias de João Porfírio, enviado do Observador às eleições presidenciais nos EUA.

Foi criada a modalidade de Previdência-Reforma, vocacionada para associados mais jovens e a estimular a constituição de poupança.

O valor das quotas das modalidades de Saúde foi ajustado, o que, apesar da melhoria de benefícios entretanto realizada, aconteceu pela primeira vez em mais de dez anos. O valor nominal das quotas teve um aumento de dois euros, tanto na proteção base (antiga modalidade de Cuidados de Saúde Primários) como na proteção complementar de Internamento Hospitalar, mas o aumento real foi inferior para mais de 700 associados cujas quotas são comparticipadas pelo Fundo de Ação Social. O novo Regulamento do FAS estendeu aos associados participantes a possibilidade de terem comparticipação no pagamento das quotas dos respetivos familiares, uma prerrogativa que era exclusiva dos associados efetivos.

Além da reunião extraordinária para a aprovação dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, a Assembleia Geral reuniu mais duas vezes em sessão ordinária, em 21 de maio para deliberar sobre o Relatório e Contas de 2020 e a revisão do Regulamento do Fundo de Ação Social, e em 30 de novembro para debater e votar o Programa de Ação e Orçamento ara 2022.

O ano ficou marcado também pela eleição dos órgãos sociais para o triénio 2021-2023, realizada em 9 de julho. A única lista candidata, proposta pelo Conselho de Administração cessante, recolheu 339 favoráveis, a maior votação alcançada por uma lista candidata em todas as eleições realizadas na Casa da Imprensa. No ato eleitoral participaram 353 associados.

Devido às restrições impostas pela crise pandémica, a *Noticiaria*, o *co-work* da Casa da Imprensa, encerrada em março de 2020, reabriu apenas no início de novembro de 2021.

Inicialmente programada para estar patente entre a eleição (novembro de 2020) e a posse do presidente dos EUA (janeiro de 2021), a exposição pôde ser vista no Salão Nobre da sede associativa entre 15 de julho e 10 de setembro. A encerrar a exposição, realizou-se um *Debate sobre o Estado da (Des)União*, com a participação dos jornalistas Germano Almeida, João Pedro Henriques e João Porfírio.

Entre 27 de setembro e 10 de outubro a Casa da Imprensa acolheu quatro iniciativas integradas na

“Quinzena Jean Moulin”, que assinalou a passagem por Lisboa do herói da Resistência francesa ao nazismo: uma exposição no Salão Nobre, um debate com os historiadores José Pacheco Pereira e António Araújo, moderado por Ana Sousa Dias, um ciclo de filmes no Cinema Ideal e o lançamento de “A Sombra Não Apaga a Côr”, um livro de João Paulo Cotrim e Tiago Albuquerque.

A “Quinzena Jean Moulin” foi uma iniciativa de João Paulo Cotrim, João Soares, Jorge Silva, José Manuel Saraiva e Manuela Rêgo, apoiada pela Casa da Imprensa desde a primeira hora.

Entre 21 de outubro e 15 de novembro, esteve patente no Salão Nobre a exposição de fotografias do Prémio Estação Imagem, de que a Casa da Imprensa

é copatrocinadora desde 2015.

O grande prémio do maior galardão de fotojornalismo em Portugal foi atribuído desta vez a Gonçalo Delgado pela reportagem “Regenesis”, sobre o trabalho dos profissionais de saúde no contexto da pandemia de Covid-19.

A 11 de dezembro, a Casa da Imprensa associou-se à homenagem ao escritor, jornalista e resistente da ditadura Orlando Gonçalves, numa sessão que assinala os 100 anos do seu nascimento, com o título genérico “Três Retratos Para Memória Futura”.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a Casa da Imprensa manteve em 2021 o apoio à distribuição da revista *Jornalismo e Jornalistas*.

7. FINANÇAS

Resultado global do exercício

As contas do exercício de 2021 relativas a todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa evidenciam um resultado líquido global negativo de 309 735,02 euros, menos 496 988,44 euros (-265,4%) do que no

ano anterior

O quadro seguinte indica o resultado líquido global no exercício de 2021 de todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO - MODALIDADES MUTUALISTAS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Modalidades / Fundos	2021	2020	Dif ^a	
			(€)	(%)
Modalidades mutualistas	-104 423,49 €	-50 793,17 €	-53 630,32 €	-105,6%
Fundos autónomos	-205 311,53 €	238 046,59 €	-443 358,12 €	-186,2%
Total	-309 735,02 €	187 253,42 €	-496 988,44 €	-265,4%

Resultados das modalidades mutualistas

As contas do exercício de 2021 do conjunto das modalidades mutualistas evidenciam um resultado líquido negativo de -104 423,49 euros numa despesa global de 878 862,88 euros, um défice de 11,9%.

O saldo apurado é muito inferior ao que estava orçamentado (-3 433,76 euros) e ao registado em

2020 (negativo em 50 793,13 euros), conforme evidenciado no quadro seguinte.

O desvio relativamente à previsão orçamental e aos resultados dos anos imediatamente anteriores à crise provocada pela pandemia de Covid-19 deve-se a razões de natureza conjuntural (*ver pág. 14*).

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades e planos de proteção complementar	2021		2020	Dif ^a			
	Real	Orç.	Real	(€)	(%)	(€)	(%)
	(1)	(2)	(3)	(1)-(2)		(1)-(3)	
Resultado líquido	-104 423,49	-3 433,76	-50 793,13	-100 989,73	-2941,1%	-53 630,36	-105,6%

O quadro seguinte (*ver pág. 13*) indica o resultado líquido do exercício de cada uma das modalidades mutualistas em 2021, comparado com o que foi registado no ano anterior.

De acordo com a lei, estes resultados são levados aos fundos próprios ou aos fundos permanentes das

modalidades respetivas, que são os fundos de reserva das modalidades. Os fundos próprios são constituídos principalmente para acorrer a situações adversas, de natureza conjuntural.

O valor destas reservas está explicitado em secção própria neste relatório (*ver pág. 14*).

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades mutualistas	2021	2020	Dif. ^a	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	-343,57 €	5 243,35 €	-5 586,92 €	-106,6%
Saúde	-77 026,55 €	-55 627,65 €	-21 398,90 €	38,5%
Capitais por Morte	-34 842,18 €	-408,87 €	-34 433,31 €	8421,6%
Previdência-Reforma	7 788,80 €		7 788,80 €	
Total	-104 423,49 €	-50 793,17 €	-53 630,32 €	-105,6%

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da Casa da Imprensa e permitindo a comparação com os exercícios anteriores. Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades

mutualistas tiveram um aumento de 99 029,43 euros, passando de 675 409,96 euros em 2020 para 774 439,39 euros (+14,7%). Os gastos e perdas totalizaram 878 862,88 euros, mais 152 659,79 euros (+21,0%) do que no ano anterior.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2021	2020	Dif. ^a	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	496 874,31 €	387 999,00 €	108 875,31 €	28,1%
Quotizações e jóias	431 509,78 €	328 085,25 €	103 424,53 €	31,5%
Credenciais e Senhas de consulta (S)	65 364,53 €	59 913,75 €	5 450,78 €	9,1%
Proveitos comuns	277 565,08 €	287 410,96 €	-9 845,88 €	-3,4%
Vendas	0,00 €	11,23 €	-11,23 €	-100,0%
Prestações de serviços	138 909,88 €	134 212,44 €	4 697,44 €	3,5%
Subsídios, doações e legados	22,00 €	1 808,28 €	-1 786,28 €	-98,8%
Outros rendimentos e ganhos	131 515,05 €	142 737,90 €	-11 222,85 €	-7,9%
Juros e outros rendimentos similares	7 118,15 €	8 641,11 €	-1 522,96 €	-17,6%
Total de rendimentos e ganhos	774 439,39 €	675 409,96 €	99 029,43 €	14,7%
Custos diretos das modalidades mutualistas	456 353,76 €	323 589,99 €	132 763,77 €	41,0%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	10 512,50 €	14 225,22 €	-3 712,72 €	-26,1%
Prestações a associados das mutualidades (S/IH)	160 804,46 €	110 604,38 €	50 200,08 €	45,4%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (S)	232 908,08 €	174 124,29 €	58 783,79 €	33,8%
Outros custos inerentes a associados (S)	17 887,56 €	22 716,21 €	-4 828,65 €	-21,3%
Provisões específicas do sector (CPM)	34 241,16 €	1 919,89 €	32 321,27 €	1683,5%
Custos comuns	422 509,12 €	402 613,10 €	19 896,02 €	4,9%
Custo das vendas	0,00 €	7,14 €	-7,14 €	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	135 214,06 €	121 817,76 €	13 396,30 €	11,0%
Custos com o pessoal	207 350,68 €	202 832,92 €	4 517,76 €	2,2%
Gastos de depreciação e amortização	78 088,13 €	77 189,07 €	899,06 €	1,2%
Outros gastos e perdas	1 856,25 €	766,21 €	1 090,04 €	142,3%
Total de gastos e perdas	878 862,88 €	726 203,09 €	152 659,79 €	21,0%
Resultado Líquido	-104 423,49 €	-50 793,13 €	-53 630,36 €	-105,6%

Entre os proveitos diretos das modalidades (isto é, os proveitos especificamente relacionados com uma modalidade), as quotas e as joias de inscrição totalizam 431 509,78 euros, o equivalente a 55,7% do total de rendimentos e ganhos.

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 31,5%, o que se justifica com a entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios em 1 de março,

com mais modalidades e planos de proteção e o aumento do valor das quotas das modalidades existentes.

O aumento líquido do número de associados inscritos também contribui para este acréscimo.

A receita com credenciais e senhas de consulta foi de 65 364,53 euros, um acréscimo de 5 450,78 euros (+9,1%), consequência da retoma da procura de

cuidados de saúde em tempo de pandemia (ver secção Saúde, na pág. 6).

Os custos diretos dos benefícios (isto é, imputáveis especificamente a uma modalidade) ascenderam a 456 353,76 euros, mais 132 763,77 euros (+41,0%) do que um ano antes e o equivalente a 51,9% do total de gastos e perdas.

Daquele total, 10 512,50 euros (menos 26,1% do que no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM); 232 908,08 euros (51,0% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Saúde (S); e 160 804,46 euros (35,2%) foram imputados especificamente ao plano de proteção complementar de Internamento Hospitalar (IH). Na modalidade de Saúde (plano Base e planos de proteção complementar), estes custos respeitam, essencialmente, a honorários médicos, prémios de seguro, pagamentos a prestadores de cuidados de saúde e despesas do posto clínico.

Com exceção da variação das provisões da modalidade de Capital por Morte, ditada pela contabilidade devido à alteração da taxa de juro para a atualização atuarial, o aumento dos proveitos diretos e o aumento dos custos diretos são consequência imediata das alterações ao Regulamento de Benefícios e equivalem-se: do lado dos proveitos o valor das quotas e senhas de consulta aumentou cerca de 108 mil euros e do lado dos custos os seguros e honorários (melhoria dos benefícios) aumentaram outro tanto, pelo que o efeito no resultado final do exercício tende para ser neutro.

Os proveitos comuns às modalidades (isto é, que não sendo imputáveis especificamente a uma modalidade, são rateados pelo conjunto das modalidades) totalizaram 277 565,08 euros (35,8% do total de rendimentos e ganhos).

O maior contributo para os proveitos comuns – que desde 2015, com a reabilitação do prédio da Rua do

Loreto, vinha da conta “Outros rendimentos e ganhos”, na qual se incluem os rendimentos prediais – é agora o que resulta da “Prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 138 909,88 euros, que corresponde a 17,9% do total de rendimentos e ganhos.

A conta “Outros rendimentos e ganhos”, que em 2019, antes da pandemia, gerava uma receita de 185 989,55 euros e cobria 25,2% da despesa total, em 2021 rendeu apenas 131 515,05 euros, o equivalente a 15,0% dos gastos. Em resultado da anulação ou da renegociação de contratos de arrendamento, consequência direta da crise económica provocada pela pandemia, o valor das rendas cobradas teve uma quebra de 54 096,26 euros (-35,3%). Os custos comuns às diversas modalidades correspondem a 48,1% do total de gastos e perdas, tendo aumentado de 402 613,10 euros em 2020 para 422 509,12 euros em 2021 (+4,9%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um acréscimo de 2,2%, para 207 350,68 euros, e aos fornecimentos e serviços externos, que registaram um aumento de 13 396,30 euros (+11,0%), para 135 214,06 euros.

No computo global, o resultado negativo de 104 423,49 euros tem uma natureza conjuntural. Mas, enquanto cerca de metade do desvio (provisões da modalidade de Capital por Morte e fornecimentos e serviços externos) tem origem em factos não recorrentes (isto é, que não se prevê que possam repetir-se nos próximos exercícios), a outra metade (quebra das rendas do imobiliário), sendo também conjuntural, mostra que a crise no mercado imobiliário tem uma recuperação mais demorada que não se sabe quanto tempo vai durar.

Tendo em conta estes factos o Conselho de Administração considera que é necessário adotar medidas de correção imediatas, que irá debater com os restantes órgãos sociais ainda no primeiro semestre de 2022, para a seguir as apresentar à generalidade dos associados.

Fundos de reserva das modalidades mutualistas

O valor global dos fundos próprios e dos fundos permanentes das modalidades mutualistas – os fundos de reserva de cada modalidade – era, em 31 de dezembro de 2021, de

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2021	2020	Difª	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	88 646,90 €	83 927,88 €	4 719,02 €	5,6%
Fundo Próprio de Saúde	776 618,39 €	753 671,58 €	22 946,81 €	3,0%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar		78 574,46 €	-78 574,46 €	-100,0%
Fundo Permanente Capitais por Morte	356 376,28 €	322 903,36 €	33 472,92 €	10,4%
Fundo Permanente Previdência Reforma	100 000,00 €		100 000,00 €	
Total	1 221 641,57 €	1 239 077,28 €	-17 435,71 €	-1,4%

1 221 641,57 euros, menos 17 435,71 euros (-1,4%) do que no ano anterior.

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de Saúde e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2020 (90% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos). No Fundo Permanente da modalidade

de Capital por Morte, reflete também um ajustamento das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial que calcula as responsabilidades futuras da modalidade.

O quadro anterior evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2021 (antes da aplicação de resultados, cuja proposta é apresentada na *pág. 18*) e 31 de dezembro de 2020.

Fundos autónomos

Em 2021 os três fundos autónomos da Casa da Imprensa tiveram globalmente um

resultado líquido negativo de 205 311,53 euros, menos 443 358,12 euros (-186,2%) do que o registado no ano anterior (*ver quadro junto*).

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de caráter social, em alguns casos independentemente de os beneficiários serem associados da Casa da Imprensa, teve um resultado líquido negativo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 206 647,41 euros, menos 444 072,26 euros (-187,0%) do que no ano anterior.

O rendimento bruto gerado pelo fundo foi de 158 235,20 euros (1,03% do valor do ativo), menos 404 481,07 euros (-71,9%) do que os 562 716,27 euros apurados no ano anterior.

Os encargos administrativos e financeiros tiveram um acréscimo de 33.000,07 euros (+40,5%), passando de 81 536,10 euros em 2020 para 114.536,17 euros em 2021, devido a menos valias na alienação de títulos para a reorganização da carteira de investimentos, considerada necessária para se adaptar às condições do mercado.

A rentabilidade líquida de comissões e outros encargos administrativos e financeiros foi de 0,29%, alinhada com a registada por fundos de pensões com baixo risco comercializados em Portugal [nível 2 do indicador sintético de risco e remuneração (ISRR) adotado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)].

Este desempenho reflete uma situação nos mercados de capitais, durante todo o ano, que os analistas consideram atípica e que, num contexto de baixa das taxas de juro, penalizou especialmente as carteiras mais defensivas, como a do FAS, constituída maioritariamente por obrigações.

RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2021	2020	Diff. [#]	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	-206 647,41 €	237 424,85 €	-444 072,26 €	-187,0%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	1 301,20 €	566,03 €	735,17 €	129,9%
FNL - Fundo Norberto Lopes	34,68 €	55,71 €	-21,03 €	-37,7%
Total	-205 311,53 €	238 046,59 €	-443 358,12 €	-186,2%

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, aumentou 2,7%, de 243 755,32 euros para 250 346,46 euros.

Deste valor, 138 909,88 euros correspondem a transferências para as modalidades mutualistas, a título de prestação de serviços (mais 3,5% do que no ano anterior) e 86 791,00 euros respeitam à participação de quotas das modalidades de saúde (*ver pág. 10*).

A restante *despesa social* corresponde a subsídios eventuais (9 205,38 euros) e à participação de despesas relativas a doenças consideradas de *alto risco e alto custo* ou a meios complementares de diagnóstico e terapêutica não participados pelo Serviço Nacional de Saúde (15 440,18 euros).

A despesa global (somatório dos encargos administrativos e financeiros com a *despesa social*) foi de 364 882,61 euros, mais 39 591,42 euros (+12,2%) do que em 2020 (325 291,42 euros).

A *despesa social* tem um grau elevado de rigidez, na medida em que os apoios sociais, pela sua natureza, devem ser estáveis e previsíveis. No entanto, está prevista a redução gradual, nos próximos dez anos, da maior despesa, relativa à participação de quotas. A redução será consequência da alteração do Regulamento do FAS, aprovada em 2021.

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e de pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a Casa da Imprensa em 1992, passou de um resultado líquido de 566,03 euros em 2020 para um resultado líquido de 1 301,20 euros em 2021.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor,

teve um resultado líquido de 34,68 euros (55,71 euros no ano anterior).

Estrutura da carteira de aplicações financeiros do FAS

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado das aplicações financeiras do Fundo de Ação Social era de 14 984 592,31 euros.

Daquele total, 14 670 581,39 euros correspondiam a unidades de participação de 21 fundos de investimento cotados em bolsa (97,9%); 57 300,00 euros

(0,4%) eram obrigações BES (em incumprimento); e 256 710,92 euros (1,7%) eram depósitos bancários.

A Casa da Imprensa tem contratos de aconselhamento para a gestão da carteira de ativos financeiros do FAS com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda e com a Caixa Gestão de Ativos, SA.

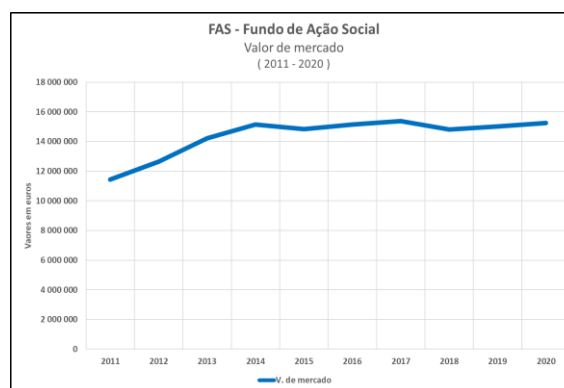
Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos da Casa da Imprensa era de 15 152 130,50 euros, menos 325 360,50 euros (-2,1%) dos que os 15 477 491,00 euros registados no ano anterior (*ver quadro*).

O maior contributo para o valor global dos fundos autónomos é do Fundo de Ação Social (FAS), com o valor de 14 936 699,67 euros (menos 2,0% em relação ao ano anterior). Nos dez anos anteriores (*ver gráfico ao lado*) o valor de mercado do FAS tinha passado de 11 433 274,18 euros para 15 243 347,08 euros, uma valorização 3 810 073,90 euros (+33,3%).

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

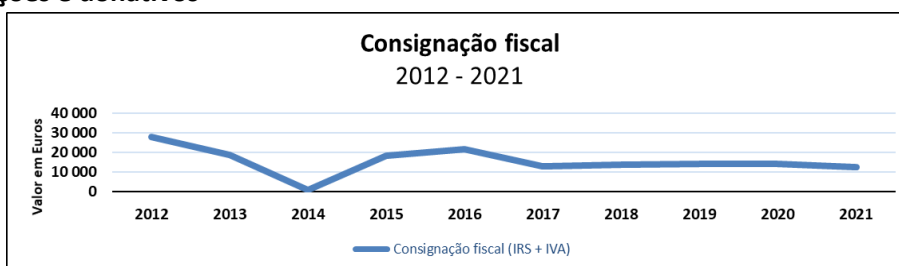
	2021	2020	Dif ^a	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 936 699,67 €	15 243 347,08 €	-306 647,41 €	-2,0%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	177 722,63 €	196 470,40 €	-18 747,77 €	-9,5%
Fundo Norberto Lopes	37 708,20 €	37 673,52 €	34,68 €	0,1%
Total	15 152 130,50 €	15 477 491,00 €	-325 360,50 €	-2,1%



Consignação fiscal, doações e donativos

A Casa da Imprensa recebeu 12 496,89 euros da consignação fiscal em 2021, menos 1 623,84 euros (-11,5%) do que no ano anterior. O montante recebido respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2019.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos cidadãos contribuintes, associados ou não, que escolheram a Casa da Imprensa como des-



tinatória de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Desde 2012, o primeiro ano em que pôde candidatar-se, a Casa da Imprensa recebeu um total de 155 854,78 euros de consignação fiscal (*ver gráfico*).

Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2021 de 1 624,52 euros relativo a despesas de representação, mais 404,03 euros (+33,1%) do que no ano anterior. A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 1 075,90 euros (mais 392,62 euros do que em 2020) e representam 66,2% do total das despesas de representação.

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2021	2020
Conselho de Administração	1 075,90 €	683,28 €
Outros Órgãos Sociais	75,60 €	31,56 €
Deslocações Assistente Social	473,02 €	505,65 €
Total	1 624,52 €	1 220,49 €

Processos judiciais

A Casa da Imprensa é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa, um há seis e o outro há nove anos.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a Casa da Imprensa processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a Casa da Imprensa, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2020 foi publicada a lista definitiva de credores (que inclui a Casa da Imprensa), tendo-se verificado um volume significativo de impugnações.

Aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Em 2015 a Casa da Imprensa criou uma provisão de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido. O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a Casa da Imprensa e o presidente à época do seu Conselho de Administração requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998.

Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a Casa da Imprensa, mas transferências foram interrompidas em 2009.

A Casa da Imprensa não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 2020, as partes foram notificadas para se pronunciarem sobre a anuência na convalidação da ação em ação administrativa comum, sobre a qual se aguarda decisão.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes duas ações executivas intentadas pela Casa da Imprensa para cobrança de dívidas provenientes da falta de pagamento de rendas, no valor de 6 134,87 euros, estando a decorrer as diligências de penhora.

8. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	2385
Nº médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	24 596 117,44 €
Fundos	1 009 133,21 €
Reservas	19 474 591,65 €
Excedentes de revalorização de ativos	2 921 982,37 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e	-26 335,36 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e	-104 423,49 €
Resultado líquido	-104 423,49 €

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da Casa da Imprensa, pelo acompanhamento do trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de

Saúde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à Casa da Imprensa;

- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo

de negativo de 104 423,49 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	-343,57 €
Fundo Próprio da Saúde	-77 026,55 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	-34 842,18 €
Fundo Permanente Previdência-Reforma	7 009,92 €
Fundo de Reserva Geral	778,88 €

Proposta de atribuição de melhoria de benefícios da Modalidade Previdência-Reforma (nº 3 do artigo 39º do RB): atendendo a que a modalidade ainda não tem um ano e que as subscrições têm em média 5,4 meses, propõem-se que não seja atribuída taxa de rendibilidade complementar.

11. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9 (pág. 17).*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Henrique Jorge Segurado Pavão, Mário Jorge Felgueiras Barata Salgueiro, Maria Margarida Fernandes da Silva Dias, Carlos Alberto Silva Pontes, Manuel José Osório de Andrade Guerra, Vitor Manuel Madeira Marques Mendanha, Noé Tavares Ramos, Henrique Manuel Catarino Custódio, Maria Leonor Xavier Go-*

mes Oliveira, João Pinto Garcia, João Paulo Cotrim Pires, Joaquim António Saraiva Pereira de Almeida, Maria Fernanda Mira da Silva Pires, Nilza Gonçalves dos Santos Barata Salgueiro, Maria Fernanda Alves Louro Rodrigues, Maria Esperança Morais da Silva Pontes, Maria Gabriela Silva Mesquita Castro Cabrita Correia, Maria Emília Pereira Silva Leite, Virginia Ramos Cabrita de Figueiredo da Costa Figueira, Carlos Alberto Henriques Lopes, Mariana Pires Pauleta Iglésias dos Santos.

Lisboa, 17 de março de 2022

O Conselho de Administração

António Alberto Alves Pereira **Borga** (Presidente)
Luísa Maria **Bessa** Fernandes Coelho (Vice-Presidente)
José Manuel **Fragoso** dos Santos (Vogal)
Valdemar Silveira de **Abreu** (Vogal)
Júlio Manuel Cerca **Roldão** (Vogal)

C

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 459 182,40	7 515 340,75
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	596,17	1 311,55
Investimentos financeiros	3.2.3 e 14.2		338 000,00
		7 522 103,37	7 916 977,10
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4 e 6	20 332,54	20 346,69
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	5 079,33	3 683,70
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	5 865,04	5 578,95
Diferimentos	10.2	4 761,06	6 169,94
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	15 782 262,29	16 062 374,63
Outros instrumentos financeiros	3.2.5 e 10.3	100 106,92	
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.4	1 155 606,89	806 441,96
		17 074 014,07	16 904 595,87
Total do Ativo		24 596 117,44	24 821 572,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.6 e 14.1		
Fundos		1 009 133,21	960 450,68
Reservas		19 474 591,65	19 779 378,84
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 4	2 921 982,37	2 921 982,37
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		23 558 248,91	23 814 353,57
Resultado líquido do período		(104 423,49)	(50 793,13)
Total dos fundos patrimoniais		23 453 825,42	23 763 560,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	312 508,36	278 626,60
		312 508,36	278 626,60
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.5 e 10.5	56 377,90	9 430,39
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	6 650,32	8 192,11
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5 e 10.1	2 339,40	2 339,40
Diferimentos	10.6	720 935,39	721 085,39
Outros passivos correntes	3.2.5, 8 e 10.6	43 480,65	38 338,64
		829 783,66	779 385,93
Total do passivo		1 142 292,02	1 058 012,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		24 596 117,44	24 821 572,97

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
José Fragoso (vogal)
Waldemar Abreu (vogal)
Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	635 784,19	522 222,67
Subsídios, doações e legados à exploração	9	22,00	1 808,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6		(7,14)
Fornecimentos e serviços externos	7	(135 214,06)	(121 817,76)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(207 350,68)	(202 832,92)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	(34 241,16)	(1 919,89)
Aumentos/reduções de justo valor	3.2.2 e 6	106,92	
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	138 526,28	151 379,01
Outros gastos	7	(423 968,85)	(322 436,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(26 335,36)	26 395,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(78 088,13)	(77 189,07)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(104 423,49)	(50 793,13)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(104 423,49)	(50 793,13)
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.8		
Resultado líquido do período		(104 423,49)	(50 793,13)

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	MODALIDADES				Total
	Solidariedade Associativa	Saúde	Capital por Morte	Previdência-Reforma	
Vendas e serviços prestados	29 656,00	588 302,41	10 143,90	7 681,88	635 784,19
Subsídios, doações e legados à exploração		22,00			22,00
Fornecimentos e serviços externos	(25 687,24)	(105 068,12)	(4 458,69)		(135 214,06)
Gastos com o pessoal	(1 199,94)	(202 950,90)	(3 199,84)		(207 350,68)
Aumentos/reduções de justo valor				106,92	106,92
Outros rendimentos	82,34	132 661,71	5 782,23		138 526,28
Outros gastos	(2 881,65)	(413 053,45)	(42 274,91)		(458 210,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(30,49)	(86,35)	(34 007,31)	7 788,80	(26 335,36)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(313,07)	(76 940,19)	(834,86)		(78 088,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(343,57)	(77 026,55)	(34 842,18)	7 788,80	(104 423,49)
Resultado antes de impostos	(343,57)	(77 026,55)	(34 842,18)	7 788,80	(104 423,49)
Resultado líquido do período	(343,57)	(77 026,55)	(34 842,18)	7 788,80	(104 423,49)

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2021	2020
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	504 296,75	394 881,90
Pagamentos de subsídios	8 562,50	10 225,22
Pagamentos de apoios	0,00	519,34
Pagamento de bolsas	1 950,00	3 000,00
Pagamentos a fornecedores	509 720,08	423 694,80
Pagamentos ao pessoal	206 127,70	202 705,45
Caixa gerada pelas operações	(222 063,53)	(245 262,91)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	12 493,20	13 966,32
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(209 570,33)	(231 296,59)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	23 334,50	1 222,21
Investimentos financeiros	437 634,00	527 170,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	2 009,69	
Investimentos financeiros	975 890,65	429 620,00
Outros activos	95 757,84	65 681,09
Juros e rendimentos similares	8 431,70	8 633,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	621 121,38	(24 457,15)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	238 909,88	134 212,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	238 909,88	134 212,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	650 460,93	(121 541,30)
Caixa e seus equivalentes no início do período	282 391,96	403 933,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	932 852,89	282 391,96

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
José Fragoso (vogal)
Waldemar Abreu (vogal)
Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	969 683,25	19 541 199,79	90 216,88	3 167 999,36	62 324,80	(9 100,11)	23 822 323,97	23 822 323,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização do excedente de revalorização					(246 016,99)			(246 016,99)	(246 016,99)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(9 232,57)	238 179,05				9 100,11	238 046,59	238 046,59
	2	(9 232,57)	238 179,05	0,00	(246 016,99)	0,00	9 100,11	(7 970,40)	(7 970,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						(50 793,13)	(50 793,13)	(50 793,13)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						(41 693,02)	(58 763,53)	(58 763,53)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	960 450,68	19 779 378,84	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(50 793,13)	23 763 560,44	23 763 560,44

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	960 450,68	19 779 378,84	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(50 793,13)	23 763 560,44	23 763 560,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(51 317,47)	(204 787,19)				50 793,13	(205 311,53)	(205 311,53)
	7	(51 317,47)	(204 787,19)	0,00	0,00	0,00	50 793,13	(205 311,53)	(205 311,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(104 423,49)	(104 423,49)	(104 423,49)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						(53 630,36)	(309 735,02)	(309 735,02)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos		100 000,00	(100 000,00)						0,00
	10	100 000,00	(100 000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	11=6+7+8+10	1 009 133,21	19 474 591,65	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(104 423,49)	23 453 825,42	23 453 825,42

O Conselho de Administração

António Barga (presidente)

Luísa Bessa (vice-presidente)

José Frago (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8 417,60	3 697,50
Outras contas a receber	21 213,54	14 156,17
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	14 670 581,39	15 123 557,41
Caixa e depósitos bancários	256 572,87	151 617,13
	14 956 785,40	15 293 028,21
Total do Ativo	14 956 785,40	15 293 028,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	15 143 347,08	15 005 922,23
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	15 129 399,21	14 991 974,36
Resultado líquido do período	(206 647,41)	237 424,85
Total do fundo de capital	14 922 751,80	15 229 399,21
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	34 033,60	63 629,00
Total do passivo	34 033,60	63 629,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	14 956 785,40	15 293 028,21

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2021	2020
Custos inerentes a associados	(111 436,56)	(98 709,56)
Custos da prestação de serviços	(138 909,88)	(134 212,44)
Fornecimentos e serviços externos	(43 942,99)	(91 746,92)
Provisões (aumentos/reduções)		0,00
Aumentos/reduções de justo valor	107 207,87	539 331,41
Outros rendimentos - alienações/vencimentos		0,00
Outros rendimentos - juros	6 177,96	23 384,86
Outros gastos e perdas - alienações/vencimentos	(25 743,81)	(622,50)
Resultado líquido do período	(206 647,41)	237 424,85

FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR (FASC)
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
	181 000,00	181 000,00
Ativo corrente		
Outras contas a receber	744,93	744,97
Caixa e depósitos bancários	1 307,47	20 055,20
	2 052,40	20 800,17
Total do Ativo	183 052,40	201 800,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	7 174,96	6 608,93
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	12 504,73	11 938,70
Resultado líquido do período	1 301,20	566,03
Total do fundo de capital	13 805,93	12 504,73
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	160 363,32	180 412,29
Subsídio por Morte	8 883,15	8 883,15
	169 246,47	189 295,44
Total do passivo	169 246,47	189 295,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	183 052,40	201 800,17

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2019	2020
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	(922,50)	(922,50)
Pensões	(21 312,00)	(19 417,60)
Subsídio por Morte	0,00	(2 493,99)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	20 048,97	19 903,84
Juros obtidos	3 486,73	3 496,28
Resultado líquido do período	1 301,20	566,03

FUNDO NORBERTO LOPES

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
Ativo corrente		
Outras contas a receber	0,00	4,05
Caixa e depósitos bancários	38 280,12	38 241,39
Total do Ativo	38 280,12	38 245,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	37 673,52	37 617,81
Resultados transitados	571,92	571,92
	38 245,44	38 189,73
Resultado líquido do período	34,68	55,71
Total do fundo de capital	38 280,12	38 245,44
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	38 280,12	38 245,44

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2021	2020
Juros obtidos	34,68	55,71
Resultado líquido do período	34,68	55,71

D

ANEXO

Casa da Imprensa – Associação Mutualista

1 — Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 – Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 – Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021, e pelos diplomas legais aplicáveis, nomeadamente pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2020.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas *Outras contas a receber e a pagar* e *Diferimentos*.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2020, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.
- b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

A Entidade tem investimentos em obrigações do tesouro de curto prazo, com intenção de manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos estão mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais.

Mantém em carteira obrigações do BES, cujo incumprimento obrigou a entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de *associados* e *Outras contas a receber* de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em *Perdas por imparidade em dívidas por receber*, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 6 meses e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Outros instrumentos financeiros

Inclui os investimentos em unidades de participação em fundos mobiliários que seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios da modalidade de Saúde e da Solidariedade Associativa, o excedente do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o Fundo Permanente da modalidade Previdência-Reforma, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes), os Resultados Transitados e os Excedentes de Revalorização dos edifícios, resultantes da avaliação periódica dos mesmos.

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Ativo Bruto		
	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	62 324,80
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	2 603 000,00	-	2 603 000,00
Edifícios e outras construções	4 887 000,00	7 772,00	4 894 772,00
Equipamento básico	94 115,81	-	94 115,81
Equipamento administrativo	165 413,10	13 442,40	178 855,50
	7 811 853,71	21 214,40	7 833 068,11

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Outros ativos fixos tangíveis			
Edifícios e outras construções	-	65 226,16	65 226,16
Equipamento básico	90 968,04	2 448,48	93 416,52
Equipamento administrativo	143 220,12	9 698,11	152 918,23
	<u>234 188,16</u>	<u>77 372,75</u>	<u>311 560,91</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2021 e 2020 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	2021	2020
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	65 226,16	65 461,10
Equipamento básico	2 448,48	2 448,44
Equipamento administrativo	9 698,11	8 478,73
	<u>77 372,75</u>	<u>76 388,27</u>

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Programas de computador	47 605,68	47 605,68
	<u>47 605,68</u>	<u>47 605,68</u>

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Programas de computador	46 294,13	715,38	47 009,51
	<u>46 294,13</u>	<u>715,38</u>	<u>47 009,51</u>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2021 e 2020 foram as seguintes:

Gastos com Amortizações

	2021	2020
Programas de computador	715,38	800,80
	<u>715,38</u>	<u>800,80</u>

6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	Inventário em 31/12/2020	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Medalhas	7 725,79	-	7 725,79
Livros	12 620,90	(14,15)	12 606,75
	<u>20 346,69</u>	<u>(14,15)</u>	<u>20 332,54</u>
Custo dos inventários vendidos			-

7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	2021	2020
Vendas e Prestação de serviços	635 784,19	522 222,67
Quotizações e joias	431 509,78	328 085,25
Credenciais e Senhas de consulta	65 364,53	59 913,75
Fundos	138 909,88	134 212,44
Vendas	-	11,23
Outros rendimentos e ganhos	131 515,05	142 737,90
Rendas	99 355,68	112 606,00
Cedência de salas	18 869,00	15 820,03
Consignação fiscal - IRS	12 496,89	14 120,73
Outros	793,48	191,14
Juros	7 118,15	8 641,11
Juros de depósitos	1 135,65	1 758,23
Juros de outras aplicações	5 982,50	6 882,88
	<u>774 417,39</u>	<u>673 601,68</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2021 e 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

	2021	2020
Trabalhos especializados	14 545,86	18 113,75
Publicidade e propaganda	3 610,66	5 571,48
Honorários	28 016,50	24 344,00
Conservação e reparação	4 795,05	5 972,33
Outros	4 050,03	3 324,00
Materiais	9 218,26	3 510,84
Energia e fluidos	10 808,09	9 957,42
Deslocações, estadas e transportes	2 961,20	2 892,09
Comunicação	3 842,55	4 943,61
Seguros	3 839,43	3 752,38
Licenças	7 584,48	7 190,71
Despesas de representação	1 624,52	1 220,49
Limpeza, higiene e conforto	24 721,41	23 824,36
Outros serviços	15 596,02	7 200,30
	<u>135 214,06</u>	<u>121 817,76</u>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

	2021	2020
Impostos	-	29,21
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	8 000,00	9 725,22
Bolsas de Estudo	1 950,00	3 000,00
Subsídio de Parentalidade	562,50	1 500,00
Subsídio por Morte/ITP por acidente	-	-
Internamento Hospitalar	160 804,46	110 604,38
Cuidados de Saúde Primários	250 795,64	196 840,50
Outros	1 856,25	737,00
	423 968,85	322 436,31

8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade. A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída provisão para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos há mais de 3 anos. A imparidade encontra-se reconhecida desde 2019.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6.134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, pelo que se mantém o reconhecimento da imparidade efetuado em 2019.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas

	Saldo em 31/12/2020	Constituição e reforço	Saldo em 31/12/2021
Capital por Morte	278 626,80	33 881,56	312 508,36
	<u>278 626,80</u>	<u>33 881,56</u>	<u>312 508,36</u>

O reforço da provisão resulta da alteração da taxa de desconto dos pressupostos atuariais de 2% para 1,45%, considerada mais adequada pela atuária independente, para passivos com durações semelhantes.

Não foram constituídas provisões matemáticas para a modalidade Previdência-Reforma, porque as subscrições só tiveram início em março, foram em número reduzido e estão em período de carência dos riscos cobertos.

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte

	Património Líquido	Provisões Matemáticas	Grau de cobertura
Capital por Morte	375 619,95	312 508,36	120,20%
	<u>375 619,95</u>	<u>312 508,36</u>	

Em 2020 o grau de cobertura era de 135%. Em função da evolução das taxas de juro poderá ser necessário o aumento da quota da modalidade, em futuro próximo.

9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

	2021	2020
Subsídios e doações	22,00	1 808,28
	<u>22,00</u>	<u>1 808,28</u>

10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	2021	2020
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	336,04	368,10
De 4 a 12 meses	2 968,95	1 782,30
Mais de 12 meses	794,15	1 006,80
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	1 259,90	2 082,52
De 4 a 12 meses	45,00	30,00
Mais de 12 meses	461,00	350,00
	<u>5 865,04</u>	<u>5 619,72</u>

Beneficiários

	2021	2020
Capital por morte		
Até 1 ano	2 000,00	2 000,00
Mais de 1 ano	339,40	339,40
	<u>2 339,40</u>	<u>2 339,40</u>

10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros Ativos a receber		
	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	520,46	1 834,01
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	96 530,92	74 811,50
Perdas por imparidade em Outros Devedores	(7 315,00)	(7 315,00)
Fundos		
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	13 805,93	12 504,73
Fundo de Ação Social	14 921 932,43	15 231 101,52
Fundo Norberto Lopes	38 280,12	38 245,44
	<u>15 774 947,29</u>	<u>16 062 374,63</u>

Da rubrica Outros constam 57 550 euros de rendas vencidas resultantes de moratórias, concedidas aos inquilinos no âmbito da pandemia Covid-19 e de atrasos no pagamento.

Diferimentos		
	2021	2020
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	4 761,06	6 169,94
	<u>4 761,06</u>	<u>6 169,94</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

Fundos		
	2021	2020
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar		
Depósitos à ordem e a prazo	1 307,47	20 055,20
Investimentos financeiros	181 000,00	181 000,00
Juros a Receber	744,93	744,97
Reservas Matemáticas	-169 246,47	-189 295,44
	<u>13 805,93</u>	<u>12 504,73</u>
Fundo de Ação Social		
Depósitos à ordem e a prazo	256 572,87	151 617,13
Investimentos financeiros	15 061 702,60	15 514 678,62
Perdas por imparidade	-391 121,21	-391 121,21
Outros devedores	20 301,54	0,00
Juros a Receber	0,00	13 389,95
Encargos diferidos	0,00	766,22
Subsídios reembolsáveis	8 417,60	3 697,50
Movimento com CSP	-31 038,62	-18 396,30
Fornecedores	-2 902,35	-43 530,39
	<u>14 921 932,43</u>	<u>15 231 101,52</u>
Fundo Norberto Lopes		
Depósitos à ordem e a prazo	38 280,12	38 241,39
Juros a Receber	0,00	4,05
	<u>38 280,12</u>	<u>38 245,44</u>

10.3 – Outros instrumentos financeiros

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 30 de novembro, foi constituído um fundo inicial para a modalidade de Previdência-Reforma, no valor de 100 mil euros, destacado das reservas do Fundo de Ação Social. Este valor foi aplicado em unidades de participação de 2 fundos multi-ativos, sob gestão da Caixa Gestão de Ativos e classificados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “*Outros instrumentos financeiros*”, encontrava-se com os seguintes saldos:

Outros Instrumentos financeiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros ativos financeiros	100 106,92	
	<u>100 106,92</u>	<u></u>

10.4 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos bancários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1 401,09	1 400,00
Depósitos à ordem	931 451,80	280 991,96
Depósitos a prazo	222 754,00	524 050,00
	<u>1 155 606,89</u>	<u>806 441,96</u>

10.5 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores gerais	51 416,24	4 817,11
Médicos e Entidades convencionadas	4 961,66	4 613,28
	<u>56 377,90</u>	<u>9 430,39</u>

10.6 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	27 149,63	26 719,57
Outros acréscimos de gastos	9 016,02	11 619,07
	<u>36 165,65</u>	<u>38 338,64</u>

Diferimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	9 742,82	9 892,82
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
	<u>720 935,39</u>	<u>721 085,39</u>

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 8 pessoas (sem alteração desde 2017). Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	152 007,29	149 790,04
Encargos sobre Remunerações	34 082,01	33 641,90
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 670,56	1 645,53
Outros gastos com Pessoal	19 590,82	17 755,45
	<u>207 350,68</u>	<u>202 832,92</u>

Em 7 de julho realizaram-se eleições estatutárias para os órgãos sociais para o triénio 2021-2023.

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2021
Fundos				
Capital por Morte	44 276,76	-	(408,84)	43 867,92
Cuidados de Saúde	753 671,58	48 442,87	(25 496,06)	776 618,39
Solidariedade Associativa	83 927,88	-	4 719,02	88 646,90
Internamento Hospitalar	78 574,46	(48 442,87)	(30 131,59)	-
Previdência-Reforma	-	100 000,00		100 000,00
Reservas Legais	158 073,70	-	524,34	158 598,04
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	15 243 347,08	(306 647,41)	-	14 936 699,67
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	7 174,96	1 301,20	-	8 476,16
Fundo Norberto Lopes	37 673,52	34,68	-	37 708,20
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	2 921 982,37	-	-	2 921 982,37
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	<u>(50 793,13)</u>	<u>(104 423,49)</u>	<u>50 793,13</u>	<u>(104 423,49)</u>
	<u>23 763 560,44</u>	<u>(309 735,02)</u>	<u>-</u>	<u>23 453 825,42</u>

14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros - Modalidades

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CSP	20 000,00	20 000,00	-
Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CPM	318 000,00	318 000,00	-
	<u>338 000,00</u>	<u>338 000,00</u>	<u>-</u>

Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	-	391 121,21
Obrig. Tesouro ao justo valor	472 496,00	-	472 496,00	-	-
Obrig. diversas ao justo valor	416 750,00	-	416 750,00	-	-
U.P. Fundos	14 234 311,41	6 842 886,78	6 513 824,67	107 207,87	14 670 581,39
	<u>15 514 678,62</u>	<u>6 842 886,78</u>	<u>7 403 070,67</u>	<u>107 207,87</u>	<u>15 061 702,60</u>

Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	391 121,21
	<u>391 121,21</u>	<u>391 121,21</u>

Investimentos Financeiros - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	181 000,00	181 000,00
	<u>181 000,00</u>	<u>181 000,00</u>

14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	5 079,33	3 683,70
	<u>5 079,33</u>	<u>3 683,70</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2 987,25	4 590,17
IVA - A Pagar	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	3 663,07	3 601,94
	<u>6 650,32</u>	<u>8 192,11</u>

Lisboa, 3 de março de 2022

O Conselho de Administração

António Borga (presidente)
Luísa Bessa (vice-presidente)
José Fragoso (vogal)
Waldemar Abreu (vogal)
Júlio Roldão (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o *Relatório e Contas de 2021*, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

O resultado do exercício de 2021 da Casa da Imprensa revelou-se mais negativo do que o estimado no orçamento, representando mesmo uma deterioração face ao exercício já significativamente deficitário do ano anterior. Há, no entanto, uma componente conjuntural muito significativa nos motivos por trás deste resultado. Ele é, tal como já tinha acontecido em 2020, em larga medida uma consequência dos entraves à atividade que a pandemia de Covid 19 continuou a impor em Portugal, conduzindo em particular a que as receitas associadas ao património imobiliário voltassem a ficar significativamente abaixo do previsto, numa conjuntura ainda de grande dificuldade no mercado de arrendamento comercial. De igual modo, tiveram um impacto muito significativo nas contas, contribuindo para pouco menos de metade do resultado negativo registado, fatores não recorrentes, como a alteração da taxa de juro para a atualização atuarial na modalidade de Capital por Morte.

Nestas circunstâncias, o Conselho Fiscal entende que o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração oferece, em simultâneo, motivos para um reforço da prudência na gestão financeira da Casa da Imprensa e razões para a manutenção da confiança em relação a uma evolução positiva dos resultados no futuro.

Lisboa, 22 de março de 2022

O Conselho Fiscal

Maria Helena Fátima de Jesus Rodrigues Garrido (Presidente)

Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Anibal (Relator)

Sónia Maria Santos Pereira (Secretária)

A Casa da Imprensa também existe, é importante não esquecer, para amortecer os efeitos negativos que uma fase difícil da conjuntura pode ter nos seus associados. E nesse sentido, principalmente tendo em conta que foi possível acumular reservas nos momentos de conjuntura mais favoráveis, resultados negativos provocados por efeitos conjunturais são justificáveis, principalmente se se mantiver a expectativa de que, num futuro próximo, possam ser corrigidos.

No entanto, ao mesmo tempo, face ao elevado grau de incerteza das atuais condições, tornado ainda mais evidente pelos impactos económicos da guerra na Ucrânia, o Conselho Fiscal reitera a necessidade de ser prosseguida uma gestão especialmente prudente e flexível. Para a evolução futura das contas, é essencial, em particular, que seja feita uma avaliação minuciosa dos impactos negativos de carácter estrutural para as contas da Casa da Imprensa que possam advir da pandemia e, agora, do aumento de custos provocado pelo conflito militar.

Neste sentido, o Conselho Fiscal vê de forma particularmente positiva a intenção do Conselho de Administração de delinear uma estratégia para corrigir os efeitos estruturais das crises que estamos a atravessar. O facto de, em 2021, se ter assistido a um aumento do número de associados da Casa da Imprensa constitui também um motivo para reforçar a confiança.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2021.



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 19:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30